



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável  
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

*Comentário do CNADS*  
*sobre o Processo de Preparação*  
*do Relatório Nacional para a 8ª CDS*  
**- Comissão de Desenvolvimento Sustentável**  
**das Nações Unidas**

1. Desde a Reunião de Coordenação Interministerial , de 3 de Setembro de 1999, realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que ficou acordado que o calendário e a partilha de responsabilidades com vista à elaboração do Relatório Nacional a apresentar à 8ª Comissão de Desenvolvimento Sustentável, a realizar de 24 de Abril a 5 de Maio de 2000, em Nova York.

Segundo esse calendário, nos primeiros dias de Dezembro seria remetido o projecto de Relatório ao CNADS a fim de este analisar e emitir o respectivo Parecer em tempo útil para que a forma final do Relatório estivesse disponível com o início da Presidência Portuguesa da U. E..

Nesta conformidade, o Conselho convocou para 6 de Dezembro de 1999 uma Reunião Extraordinária, com um ponto de agenda específico sobre esta matéria. Com fundamento em atrasos por parte das várias instâncias solicitadas a responder aos questionários das 7 partes do formulário enviado pelas Nações Unidas, de que resultava a não existência de projecto de Relatório, o CNADS naturalmente não pôde considerar esse ponto de agenda.



Porém, e face às garantias entretanto proporcionadas, o Conselho agendou logo para início do mês de Janeiro de 2000 uma outra Reunião Extraordinária com um ponto de agenda dedicado à Análise e Emissão de Parecer sobre o Projecto de Relatório.

Face às insistentes solicitações junto do organismo coordenador – Gabinete de Relações Internacionais do M.A.O.T. -, o Conselho regista que só pela manhã do próprio dia da Reunião Extraordinária do CNADS foram presentes partes do Relatório.

Aliás, já em reunião de coordenação interministerial havida em 4 de Janeiro de 2000, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi o problema suscitado, tendo o Secretário Executivo do CNADS enfatizado a impossibilidade prática de analisar e avaliar o Projecto de Relatório na Reunião de 6 de Janeiro, face às lacunas, indefinições e diversidade de interpretação que se estavam a registar por parte de vários sectores Ministeriais – v.g. M.A.D.R.P. e Ministérios das Finanças e Economia.

2. Perante esta situação, particularmente delicada face às acrescidas responsabilidades para Portugal resultantes da Presidência Comunitária, o Conselho reitera a recomendação aprovada em Julho de 1999, aquando da *Apreciação Final ao Relatório à 7ª CDS*, e que se transcreve:

*“2º. O Ministério do Ambiente tome a iniciativa de **promover a institucionalização de um mecanismo operativo de ligação inter-departamental**, baseado na designação de pontos focais sectoriais, que, no futuro, possa não só dar resposta à incumbência anual de elaborar o **Relatório para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**, a submeter, em tempo oportuno, à apreciação prévia do CNADS, e bem assim*



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável  
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei nº 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A nº 151)

*como de outros documentos de índole similar, ultrapassando-se os mecanismos ad hoc que sistematicamente vêm sendo utilizados.”*

3. Nestas circunstâncias, o Conselho considera só haver lugar para nova inserção de um ponto de **análise e emissão de Parecer sobre o Relatório** em Reunião Plenária, quando, efectivamente, estiver disponível com a adequada antecedência o Projecto integral do Relatório Nacional à 8ª CDS. das Nações Unidas.

O Presidente

Mário Ruivo

(Aprovado pelo CNADS, na Reunião Extraordinária de 6 de Janeiro de 2000)